

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA ANTES DA  
ESCOLARIDADE FORMAL EM SERGIPE, ENTRE AS  
DÉCADAS DE 1930 E 1980: O QUE DIZ A LITERATURA

MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO DE JESUS

SÃO CRISTÓVAO

2012

**MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO DE JESUS**

**A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA ANTES DA  
ESCOLARIDADE FORMAL EM SERGIPE, ENTRE AS  
DÉCADAS DE 1930 E 1980: O QUE DIZ A LITERATURA**

Monografia apresentada como pré-requisito para  
conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade  
Federal de Sergipe, sob a orientação da Profª Dra  
Yolanda Dantas de Oliveira.

**São Cristóvão**

**2012**

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de verificar como as mudanças ocorridas na educação das crianças, anteriormente à escolaridade formal, entre as décadas de 1930 e 1980, se efetivaram em Sergipe. Nessa primeira década, o Estado brasileiro começa lentamente a se voltar para o atendimento à criança menor de sete anos, embora com a predominância de ações assistenciais, e na segunda, foi quando se registrou um movimento de expansão da pré-escola e quando se legislou pela primeira vez em favor da educação para a referida faixa etária, como direito da criança e da família, conforme a Constituição Federal de 1988. A pesquisa realizada teve como foco e como fonte principal de investigação a literatura específica sobre a Educação Infantil produzida em Sergipe, bem como no âmbito nacional. Ela se insere no campo da História da Educação, com prioridade aos princípios da História Nova, tendo um caráter de pesquisa documental. Verificou-se no decorrer deste estudo que o Jardim de Infância em Sergipe, especialmente na capital, assim como ocorreu nos demais Estados da Federação, representou uma grande conquista para a educação da criança pequena e constituiu, em determinado momento, a mais importante referência na educação das crianças antes da escolaridade formal; embora nesse Estado a oferta desse modelo de educação tenha sido restrita, Aracaju, por exemplo, teve somente duas unidades. Ele constituiu uma modalidade de educação a qual foram destinados prédios espaçosos, geralmente com uma arquitetura suntuosa, para atender aos princípios da pedagogia froebeliana: detalhes delicados na fachada, grandes jardins, salas amplas com muitas janelas e largas portas, que tornavam o espaço arejado, iluminado e possibilitavam às crianças o contato com o exterior, com a natureza. Com o crescimento da população infantil, ao lado de interesses diversos, os Jardins de Infância foram sendo substituídos por outros modelos de instituição, sendo a pré-escola a que mais se popularizou no país, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980. As mudanças que decorreram na nova realidade, em Sergipe e no Brasil, implicaram na emergência de novas concepções de educação para a faixa etária em destaque e, em propostas de atendimento de baixo custo e informal: com ambientes improvisados, falta de profissionais preparados, utilização de mão de obra voluntária e com ênfase na participação das famílias.

Palavras-chave: Criança. Educação. Jardim de Infância. Pré-escola

## ABSTRACT

The aim of this study was to determine how changes in the education of children, prior to formal schooling, between the 1930s and 1980, been affected in Sergipe. In this first decade, the Brazilian government begins to slowly return to the care of children under seven years, although with a predominance of assistance actions, and the second was when he recorded a move to expand preschool and when it legislated first in favor of education for this age, as a right of the child and family, according to the 1988 Federal Constitution. The research focused on and as the primary source of research literature on early childhood education produced in Sergipe, as well as nationally. She belongs to the field of history of education, with priority to the principles of the New History, having a character of documentary research. It was found during this study that the Kindergarten in Sergipe, especially in the capital, as occurred in the other States of the Federation, represented a great achievement for the education of young children and was, at one point, the most important reference in education of children before formal schooling although this state to offer this type of education has been restricted, Aracaju, for example, had only two units. He was a type of education which were intended spacious buildings, usually with a sumptuous architecture, to meet the principles of pedagogy froebeliana: delicate details on the facade, large gardens, large rooms with many windows and large doors, which made the space airy illuminated and children possibilitavam contact with the outside, with nature. With the growth of the child population, along with diverse interests, the Kindertartens were being replaced by other models of institution, and the pre-school to be the most popular in the country, especially between the 1970s and 1980. The changes that took place in the new reality, and Sergipe in Brazil, resulted in the emergence of new conceptions of education for the age group highlighted and proposed service low cost and informal environments with improvised, lack of trained professionals, use of volunteer labor and with an emphasis on family participation.

Keywords: Child. Education. Kindergarten. Kindergarten

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Francisco e Lindinalva, pelo amor que me dedicaram e a base sólida que me deram para que eu pudesse caminhar e trilhar o meu caminho com respeito e educação e mesmo não estando presentes tenho certeza que estão ao meu lado iluminando o meu caminho.

Aos meu sobrinhos, Igor Matheus e Maria Eduarda, que foram e são a minha grande descontração nos momentos de stress durante a realização de um trabalho acadêmico.

A minha irmã Tânia Cristina, por me incentivar, me dando apoio e não deixando que eu desistisse nunca.

A minha sobrinha Tayná Caroline, que compartilhou comigo os momentos de pesquisa literária e companhia nas horas de produção de um trabalho acadêmico.

Ao meu irmão Francisco e a sua esposa Josilene, por ficar à disposição e sempre estender a mão se eu precisasse.

Ao professor Marcos Moura que com seu apoio possibilitou que eu concluísse esse trabalho com mais tranquilidade apesar dos contratemplos.

À professora Yolanda Dantas de Oliveira, minha orientadora, pela orientação e paciência com que conduziu esse trabalho.

À coordenadora Tânia Lúcia, do Colégio Intellectus, meu local de trabalho, pela compreensão e jamais colocar empecilhos nos momentos de pesquisa e orientação dessa pesquisa.

Às colegas Jéssica Alves e Cassia Vidal, pois juntas trilhamos esse caminho até que eu chegasse até aqui.

A todos aqueles que se fizeram presentes e tornaram possível a realização desse trabalho.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I – A PESQUISA: O PERCURSO FEITO.....	09
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA ANTES DA ESCOLARIDADE FORMAL.....	13
CAPÍTULO III – A EXPANSÃO DA PRÉ-ESCOLA E A LENTA SUBSTITUIÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA .....	18
3.1 Jardim de Infância: origem e princípios de sua pedagogia.....	18
3.2 O Jardim de Infância em Sergipe como uma iniciativa do poder público.....	21
3.2.1 O Jardim de Infância da Casa da Criança.....	21
3.2.2 Centro Municipal de Assistência à Criança e o Jardim de Infância Operário.....	23
3.3A educação da criança de até 6 anos entre as décadas de 1930 e 1980: o caso de Sergipe .....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

## **Introdução**

O presente trabalho pretendeu examinar na literatura sobre a Educação Infantil em Sergipe como nesse Estado se caracterizou a educação da criança de até 6 anos, em face às mudanças na concepção dessa educação ocorridas no Brasil, no período compreendido entre 1930 até a década de 1980, especialmente na cidade de Aracaju. Nessa primeira década, o Estado brasileiro começa lentamente a se voltar para o atendimento à criança menor de sete anos, embora com a predominância de ações assistenciais, e na segunda, foi quando se registrou um movimento de expansão da pré-escola e quando se legislou pela primeira vez em favor da educação para a referida faixa etária como direito da criança e da família, conforme a Constituição Federal de 1988.

O interesse pelo tema e a delimitação do foco deste estudo é consequência dos estudos realizados na disciplina Monografia I, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Yolanda Dantas de Oliveira, especialista nessa área. Até então, o tema da Educação Infantil havia passado despercebido no decorrer da minha formação. Isso ocorreu porque pessoalmente, até então não havia me interessado pela área, além do que, em virtude de mudanças ocorridas no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe adaptações tiveram que ser feitas para os alunos que já estavam se aproximando do final do curso, de modo que não tive a oportunidade de fazer as disciplinas pertinentes ao tema referido.

No decorrer do processo de estudos para a realização deste trabalho, a minha orientadora dirigiu as leituras, especialmente para a História da Educação Infantil. Por meio dessas leituras pude compreender a importância dessa etapa da educação para o crescimento e desenvolvimento da criança, além de contribuir para a formação dela respeitando a sua condição de criança e como sujeito crítico, participativo e autônomo.

No decorrer deste estudo pude também observar que o modo como essa educação vem sendo pensada passou por mudanças importantes, que incluem a instalação dos jardins de infância, propagados lentamente no Brasil, a partir do século XIX, a expansão de vagas para crianças em idade pré-escolar, especialmente na década de 1980 e a consequente substituição dessas primeiras instituições – os Jardins de Infância – pela pré-escola.

Em Sergipe, o primeiro Jardim de Infância foi criado na década de 1930 o que representou um marco para a sociedade sergipana. Conforme Leal (2004), a criação desse Jardim de Infância “implementou a educação pré-escolar em Sergipe, como também contribuiu para a formação escolarizada da sociedade sergipana”. Quanto à década de 1980, verificou-se o lançamento do Programa Nacional de Educação Pré-escolar com implicações diversas para essa etapa da educação, dentre as quais a efetivação da extinção dos Jardins de Infância.

Considerando as mudanças referidas na educação infantil procurou-se nesse trabalho responder as seguintes questões: quais as implicações dessas mudanças para a educação à criança pequena em Sergipe? Qual o significado dessas mudanças, uma vez que, ao que parece, elas não foram em sua maioria favoráveis às crianças?

Para tanto, foi definido como objetivo geral examinar na literatura como se caracterizou a educação da criança de até seis anos em Sergipe em face às mudanças na concepção dessa educação entre as décadas de 1930 e 1980 e para atingí-lo foram definidos como objetivos específicos: verificar como nesse período foi sendo realizada a educação da criança pequena em Sergipe; verificar como se caracterizou a atuação dos Jardins de Infância e a sua substituição pela pré-escola e por fim verificar como se deu a expansão do atendimento as crianças em idade de até seis anos no Estado referido, com ênfase em Aracaju.

## CAPÍTULO I -- A PESQUISA: O PERCURSO FEITO

Como já foi dito anteriormente, o objetivo deste estudo é o de verificar como as mudanças ocorridas na educação das crianças pequenas<sup>1</sup>, antes da escolaridade formal, entre as décadas de 1930 e a de 1980, se efetivaram em Sergipe. Para tanto, tomou-se como foco de investigação a literatura específica sobre o tema.

Inicialmente, cabe destacar que este estudo é norteado pelo entendimento de que a Educação Infantil tem um importante papel a cumprir na formação individual, social e cultural da criança. Ele norteia-se na concepção de que as crianças

têm uma história, pertencem a uma classe social, estabelecem relações segundo seu contexto de origem, têm uma linguagem, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do seu contexto familiar e com a sua própria inserção nesse contexto. Elas são pessoas, enraizadas num todo social que as envolve e que nelas imprime padrões de autoridade, linguagem, costumes (KRAMER, 1986, p.2).

Nessa perspectiva, para atender às especificidades da criança pequena (antes dos sete anos) as instituições de Educação Infantil necessitam de profissionais preparados que compreendam a natureza de tais especificidades e que realizem práticas adequadas a elas, coerentes com a perspectiva em foco. Conforme Redin (1998, p. 1), esses profissionais “deverão ter um domínio dos conhecimentos básicos, tanto quanto conhecimentos necessários para o trabalho com a criança”.

A concepção de educação infantil acima apresentada é resultado de um longo processo de mudanças e de debates tendo, assim, se constituído historicamente. Nesse processo, mesmo considerando os limites dos diferentes modos como essa “etapa” da educação da criança vem sendo concebida, alguns modelos chegaram a representar avanços importantes, a exemplo dos Jardins de Infância e da própria Pré-escola.

Feitas essas considerações, outras serão destacadas em relação ao percurso desta pesquisa que se constituiu das seguintes etapas: 1) pesquisa exploratória com a finalidade de

---

<sup>1</sup> A denominação criança pequena é utilizada na literatura que trata da Educação Infantil para referir-se também à criança em idade de zero a seis anos.

orientar a delimitação do foco deste estudo; como parte dessa pesquisa foi feita também uma visita ao Jardim de Infância José Garcez Vieira, na cidade de Aracaju; 2) revisão da literatura, etapa na qual se definiu a escolha do tema deste estudo; 3) levantamento de fontes, o que diz respeito à literatura pertinente ao tema em destaque; 4) entrevista com uma moradora da localidade onde fica situado o prédio no qual se diz ter funcionado um Jardim de Infância da LBA, na cidade de Aracaju; 5) leitura das fontes, análise e organização dos dados e, por fim 6) a escrita do relatório final da pesquisa.

Para a delimitação do foco deste estudo, conforme já destacado na introdução, foram levantadas algumas questões observando o que diz Oliveira (2011) sobre a necessidade de na pesquisa se ter perguntas a responder. Conforme essa autora, toda pesquisa

pressupõe a existência de um objeto/situação que se nos apresente problemático(o), de modo que nos desafie a pensar, esteja tal objeto ou situação localizados no âmbito do conhecimento sobre a natureza ou das questões sociais. Esse desafio pode ser relativo, tanto à origem daquilo que, até então, se apresenta como algo desconhecido, quanto à sua forma, consistência, transformações que aparenta sofrer e periodicidade em que tais transformações ocorrem, ou ainda, quanto às relações com o meio natural ou social, quanto aos efeitos sobre esse meio e/ou as significações em relação a ele, respectivamente, e tantas outras questões mais (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

Assim, considerando as mudanças na Educação Infantil, conforme indicações da literatura consultada, procurou-se neste trabalho responder as indagações inicialmente colocadas a respeito de como se efetivaram tais mudanças em Sergipe e, especialmente sobre as consequências para as crianças.

Para isso, a literatura que debate a educação da criança pequena antes da escolaridade formal constituiu as fontes deste estudo como destacado anteriormente. Sobre tais fontes, deve-se ressaltar a literatura produzida em âmbito nacional e a literatura produzida em âmbito local. A primeira foi tomada como fonte por considerar-se que a história da Educação Infantil em Sergipe encontra-se nela também retratada. Desta foram estudados os seguintes autores: Kramer (1986, 1995), Oliveira (1996), Kuhlmann Jr. (1998), Monarcha (2001), Didonet (1992), Campos (1993) e Arce (2002)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Entende-se ser dispensável comentar o teor de tais obras por serem elas conhecidas nacionalmente.

No que diz respeito às fontes locais, ou seja, à literatura produzida em Sergipe entende-se que ela é parte desse contexto de produção literária/científica mais amplo, de modo que dele não se separa, embora tenha as suas características particulares. Sobre a educação da criança pequena, no Estado de Sergipe, foram consultadas as obras relacionadas no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Literatura produzida em Sergipe sobre Educação Infantil e/ou que tem relação com o tema**

<b>AUTOR</b>	<b>ANO</b>	<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>DADOS DO CONTEÚDO</b>
Tereza Cristina Cerqueira da Graça	1997	Jardim de Infância José Garcez Vieira	Traz elementos históricos da criação e atuação do Jardim de Infância José Garcez Vieira que atendia as crianças do bairro operário Siqueira Campos na cidade de Aracaju.
Ilná Andrade Lobo	2002	Programa Nacional de Educação Pré-escolar em Sergipe	Faz uma análise do Programa Nacional de Educação Pré-escolar em Sergipe.
Rita de Cássia Dias Leal	2004	Implantação do primeiro jardim de infância em Sergipe	Apresenta resultados de um estudo sobre a criação do Jardim de Infância Augusto Maynard e sua importância para a sociedade aracajuana.
Yolanda Dantas de Oliveira	2008	Educação da criança à luz da ciência: a contribuição de Helvécio de Andrade em Sergipe (1911-1935)	Examina a educação escolar da criança na obra do intelectual, médico e educador Helvécio de Andrade que teve importante participação nos debates sobre amodernização da escola em Sergipe, entre 1911 e 1935.
Edeilza Damascena, Walburga Arns da Silva, Luciana Chalita	s/d	Situação da educação pré-escolar no Estado de Sergipe	Mostra números da educação infantil em Sergipe e a situação da pré-escola nesse Estado.

Walburga Arns da Silva	2004	Organização do trabalho e ação Pedagógica: influência da pré-escola no processo de alfabetização.	Apresenta resultados de uma pesquisa realizada em pré-escolas públicas de Aracaju e analisa a relação do trabalho pedagógico dessas pré-escolas com o processo de alfabetização.
------------------------	------	---	--

Fonte: Dados levantados para a realização deste estudo.

Nessa literatura consultada pôde-se observar, como já afirmado, que a educação da criança antes dos sete anos no Brasil, como também em Sergipe, no que se refere à atuação do poder público, entre as décadas de 1930 e 1980, passou por importantes modificações com consequências também importantes, tanto para a expansão da educação infantil, quanto no que diz respeito à qualidade dessa educação.

Deve-se ressaltar também a contribuição de informações obtidas por meio de depoimentos orais sobre um Jardim de Infância da LBA, situado na Avenida Maranhão, na cidade de Aracaju, embora, não se tenha localizado documentos que comprovem a existência do referido Jardim de Infância – o prédio onde se diz que esse Jardim de Infância funcionou ainda existe no tempo presente na avenida referida.

Esse estudo se insere no âmbito da História da Educação, adotando como princípios metodológicos especialmente os da História Nova. Esta última se diferencia da História dos “grandes fatos”, dos “grandes heróis”... Ela “reivindica a renovação de todo campo da história” (LE GOFF, 2001, p. 27).

Desse modo, a História Nova “ampliou o campo do documento histórico”, anteriormente, limitado ao documento escrito. Para a história referida, conforme Le Goff (2001, p. 28-29) são múltiplos os documentos históricos: “escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc”. Ainda para esse autor, “uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a História Nova documentos de primeira ordem” (LE GOFF, 2001, p. 28-29).

Os princípios dessa linha histórica atendem aos interesses deste estudo cujo tema por muito tempo foi relegado a um plano secundário, talvez, pela intrínseca relação com a criança, historicamente desprestigiada como ser e como sujeito de direito.

## **Capítulo II -- A educação da criança antes da escolaridade formal: breves considerações**

A história mostra que a educação da criança pequena (a de até 6 anos) no Brasil tem sido objeto de pouca atenção do poder público, estando esta, na prática, ainda relegada a um plano secundário. Com maior ênfase isso se afirma em relação ao período que antecede a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996).

A bibliografia levantada que trata desse tema é indicativa de que por muito tempo a educação da criança, antes da escolaridade formal, não foi tratada no âmbito do poder público, mas, predominantemente no âmbito da iniciativa privada, da igreja e/ou da filantropia.

O poder público, pelo menos até o final da década de 1960, não se envolvia em projetos objetivamente relacionados à educação da criança menor de sete anos. Até então, o atendimento a essa criança, como já afirmado, era assistencial, ou seja, sem pretensões educativas – embora existissem iniciativas pontuais, a exemplo dos jardins de infância – predominantemente dirigido às crianças das populações pobres, àquelas crianças as quais o médico Moncorvo Filho, citado por Kramer (1995), denominou de “infância desditosa”. Kramer (1995) faz referência a um estudo do citado médico que relata as ações que se voltaram para essa infância referida, no Brasil, desde o seu descobrimento.

O estudo de Moncorvo Filho divide-se em três períodos sintetizados por Kramer (1995) da seguinte forma: no 1º período (1500-1874), conforme a autora citada, o médico em destaque diz que pouco se fazia pela “infância desditosa”. Havia a “Casa dos Expostos” ou “Roda para o atendimento de crianças pequenas” e a “Escola de Aprendizes de Marinheiros” para os maiores de doze anos – se estabelecia relação entre menor desvalido e menor delinquente. Nesse período, as primeiras iniciativas de atendimento à criança foram feitas por higienistas que desenvolviam atividades preventivas como a puericultura, a higiene e a proteção – é importante destacar como marco desse tipo de atendimento especialmente a década de 1870.

No que diz respeito ao 2º período (1874-1889), Moncorvo Filho indica, conforme Kramer (1995), que foram desenvolvidos poucos projetos e que a atuação dos médicos higienistas era marcada por um caráter preconceituoso: eles valorizavam “diferentemente as

crianças negras (filhos de escravos) e as da elite (filhos de senhores)” (KRAMER, 1995, p. 48). Nessa época começa a despertar a ideia de proteção à infância. Moncorvo Filho, envolvido com a questão do atendimento à criança, sugeriu a criação de policlínicas para partos e moléstias infantis. A respeito desse período, Kramer (1995, p.48) diz que, conforme o médico em foco, as iniciativas predominantes no atendimento à criança eram de grupos privados e “faltava, de maneira geral, interesse da administração pública, pelas condições da criança brasileira, principalmente a pobre”. Ainda conforme esse médico, como diz essa autora, tais iniciativas, a exemplo do Asilo dos Meninos Desvalidos (Instituto João Alfredo, Rio de Janeiro/1875), dos três Institutos de Menores Artífices (Minas Gerais/1876) ou os colégios e associações de amparo à infância (como o 1º Jardim de Infância do Brasil, Menezes Vieira/1875), “eram insuficientes e quase inexpressivas frente à situação de saúde e educação da população brasileira” (KRAMER, 1995, p.50).

No 3º período (1889-1930), foi criado pelo referido médico o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil/IPAI com o objetivo de atender as crianças menores de oito anos, concomitantemente a um movimento pela criação de creches, jardins de infância e maternidades. Nessa época, as crianças de zero a seis anos ainda eram assistidas por instituições de caráter médico/assistencial sendo, portanto, estas predominantes em relação às que tinham identidade educacional.

Contudo, é importante ressaltar que iniciativas pontuais, no que se refere à educação institucionalizada, são verificadas desde o final do século XIX como se observa na referência feita por Moncorvo Filho ao Jardim de Infância Menezes Vieira.

Quando se trata de historicizar a educação na primeira infância no Brasil, denominada no presente de Educação Infantil, o Jardim de Infância e a Creche, na literatura consultada, predominantemente constituem os marcos principais. O primeiro, em geral, destinado à população abastada e a segunda, à população pobre – embora à creche não tenha sido, até 1996, quando entrou em vigor a atual LDB, atribuída uma identidade educacional – como se verifica especialmente nos estudos realizados por Kulhmann Jr. (1998). Ambas as instituições nasceram no âmbito da iniciativa privada e da filantropia, essa última predominantemente no que diz respeito à creche.

O Jardim de Infância, diferentemente da creche, conquistou, desde seus primórdios no Brasil identidade de instituição de educação, o que lhe garantiu reconhecimento social, mesmo não sendo, à época, legalmente reconhecida.

Em 1875 foi criado o Jardim de Infância Menezes Vieira, no Rio de Janeiro; em 1877 o Jardim de Infância da Escola Americana, em São Paulo e 1896 o Jardim de Infância Caetano de Campos, anexo à Escola Normal da Praça, também em São Paulo – este último no âmbito do setor público, contudo, atendendo de forma predominante, aos filhos da burguesia paulistana.

Segundo estudos de Kuhlmann Jr. (1998, p. 84), assim como o Jardim de Infância, as primeiras creches no Brasil foram criadas também no final do século XIX, a exemplo da Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (1899), na cidade do Rio de Janeiro. Porém, conforme esse autor, foi nas duas primeiras décadas do século XX que essa modalidade de instituição começou a ser difundida, especialmente na região que hoje se denomina sudeste (cf. Kramer, 1995; Kuhlmann Jr., 1998).

Enquanto o Jardim de Infância se voltava para a educação e desenvolvimento da criança por meio de brincadeiras e jogos, com materiais pedagógicos específicos, a creche se voltava primordialmente para tirar as crianças da rua e protegê-las com cuidados assistenciais, relacionados à saúde e à alimentação.

Somente a partir de 1930, como já informado, o Estado brasileiro começa a se voltar para o atendimento às crianças referidas, embora esse atendimento tenha tido a característica assistencial, como diz Kramer (1995). Em 1932, por exemplo, foi regulamentado o trabalho da mulher e com isso “tornou-se obrigatória” a instalação de creches em “estabelecimentos com pelo menos 30 mulheres maiores de 16 anos”, como observa Kuhlmann Jr. (2003, p. 481-482).

Nessa década, verifica-se um lento movimento de expansão no atendimento à criança na idade denominada de pré-escolar e de estreitamento da relação entre o sistema educacional e as instituições de educação infantil (Jardins de Infância e Creche). Nesse movimento, que envolve importantes mudanças na educação institucional da criança se observa que os Jardins de Infância, entre a década de 1970 e a de 1980 acabam sendo substituídos por um modelo de instituição de caráter emergencial, mais simples, menos dispendioso, denominado pré-escola (considerando os limites do estudo as mudanças relacionadas à concepção e oferta de Creche não serão focalizadas neste estudo).

No que diz respeito ao Estado de Sergipe, o atendimento à criança menor de 7 anos, até a década de 1930, antes da Escola Primária, se restringia aos asilos e aos orfanatos para

aquelas consideradas “desvalidas da sorte”; para as demais, até então, não havia um atendimento institucionalizado, cabendo a responsabilidade pela educação dessas crianças exclusivamente às famílias, como é observado por Oliveira (2008).

Em Sergipe, a partir da década referida é que surgem as primeiras iniciativas voltadas para a educação da criança antes da sua entrada na escola citada no âmbito do poder público – deve-se reafirmar a predominância do atendimento de caráter assistencial –, embora uma proposta de educação para crianças menores de sete anos já houvesse sido apresentada pelo Dr. Helvécio de Andrade em 1916, conforme revela o estudo da autora anteriormente citada.

Na década de 1930, conforme Kramer (1995), foram criados muitos órgãos para o atendimento à criança, embora não tenham sido definidas responsabilidades quanto a esse atendimento. Segundo essa autora, esses órgãos foram criados, numa espécie de movimentação burocrática e administrativa<sup>3</sup>.

O que se verifica nesse quadro do atendimento à infância no Brasil é que o Estado entrou tardiamente no atendimento à criança e quando isso ocorreu o intuito era preponderantemente assistencial, conforme já destacado.

No que diz respeito ao Estado de Sergipe, verifica-se na historiadora Maria Thétis Nunes (1984) que foi no governo de Graccho Cardoso, em 1924, que foram feitas as primeiras normatizações para a educação da criança em idade pré-escolar, embora, em 1915, conforme Oliveira (2008), Hélvécio de Andrade, à época Diretor Geral da Instrução Pública, já houvesse apresentado ao Presidente do Estado um plano para essa fase da educação. Conforme Nunes (1984, p. 246), o Regulamento da Instrução Pública do referido ano “estruturou globalmente a educação sergipana, definindo-a desde as escolas maternais e os jardins de infância ao ensino profissional e secundário, inclusive as instituições particulares”. De acordo com essa autora, “o Estado avocava a responsabilidade da educação a ser ministrada em escolas maternais e jardins de infância”.

---

<sup>3</sup>Em Kramer (1995), verifica-se que a partir de 1940 foram criados diversos órgãos voltados à assistência infantil, como o Departamento Nacional da Criança/DNC (1940), o Serviço de Assistência a Menores/SAM (1941), vinculado ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Saúde; o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição/INAM (1972), ambos vinculados ao Ministério da Saúde. Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência/LBA (vinculada ao Ministério da Previdência Social) com o intuito, no início, de proteger a maternidade e a infância, embora a adolescência tenha sido incluída nos programas de atendimento dessa instituição. Em 1974 surge aí, na LBA, o Projeto Casulo que se voltava para prestar assistência às crianças de zero a seis anos visando prevenir sua marginalidade proporcionando cuidados de ordem higiênica, médico-dentológico, nutricional. Em 1975 é criada a Coordenação de Educação Pré-escolar/COEPRE, ligada ao Ministério da Educação.

Mas, somente na década de 1930, precisamente em 1932, o primeiro Jardim de Infância, o Augusto Maynard, foi criado em Sergipe como uma iniciativa da Instrução Pública, embora vinculada à Inspetoria de Higiene Infantil. Em 1944 foi fundado o segundo Jardim de Infância, o José Garcez Vieira, no bairro Siqueira Campos, também assim como o primeiro, com propósitos educacionais e higienistas, visto que, inicialmente foi denominado de Centro Municipal de Assistência.

Deve-se ressaltar ainda, informações obtidas por meio de depoimento oral sobre a existência de um Jardim de Infância na LBA situado na Avenida Maranhão, na cidade de Aracaju. Embora não se tenha localizado documentos que comprovem a existência desse Jardim de Infância, o prédio onde ele funcionou, conforme as informações referidas, ainda existe no tempo presente como uma marca da sua existência e como uma fonte importante para a História da Educação Infantil em Sergipe a ser investigada.

## **Capítulo III – A expansão da pré-escola e a lenta extinção dos Jardins de Infância**

O Jardim de Infância representou uma grande conquista para a educação da criança pequena no Brasil e constituiu, em determinado momento, a mais importante referência na educação das crianças antes da escolaridade formal. A expansão desse modelo de instituição educativa foi lenta e restrita. Com o crescimento da população infantil, ao lado de interesses diversos, os Jardins de Infância foram sendo substituídos por outro modelo de instituição, a pré-escola, que se popularizou no país, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980. Outras instituições contribuíram de maneira importante. Dentre essas instituições a pré-escola foi a que mais se notabilizou vindo a substituir o Jardim de Infância.

Neste capítulo pretendemos verificar os principais aspectos do processo que resultou na substituição dos Jardins de Infância pela pré-escola.

### **3.1 O Jardim de Infância: origem e princípios da sua pedagogia**

O Jardim de Infância, ou Kindergarten – “metáfora que assemelha o crescimento da criança ao das plantas” (MONARCHA, 2001, p.122) – surgiu na década de 1830 ou mais precisamente em 1837, quando foi inaugurada a primeira unidade em Blankenburgo na Alemanha, por Frederick Froebel que pretendeu com esse modelo de instituição reformar a educação das crianças em idade de 4 a 6 anos. O Jardim de Infância tinha caráter educativo sendo dirigido às crianças oriundas de famílias de poder aquisitivo elevado, o que não acontecia com as creches e as escolas maternas. Essas últimas, embora tivessem intencionalidade educativa definida, se dirigiam às crianças pobres.

Segundo Maria Luíza Marcílio, Froebel

inventou não apenas uma instituição para proteger a criança, em sua primeira infância, mas também sistematizou programas para educá-la e instruí-la. Fundado no princípio da educação ativa, o sistema de Froebel foi logo um sucesso em todos os lugares, chegando ao Brasil no último quartel do século XIX (MARCÍLIO, 2001, Prefácio).

A pedagogia do Jardim de Infância considerava as crianças pequenas como sementes que deveriam ser regadas, adubadas para depois florescerem, como destacado por Oliveira (1995). Nessa pedagogia, “a atividade e a reflexão são os instrumentos de mediação” do processo de educação, que não deveria ser diretivo, “o que garante que os conhecimentos brotem, sejam descobertos pela criança da forma mais natural possível” (ARCE, 2002, p. 46).

Essa pedagogia priorizava “atividades práticas autogeradas pelos interesses e desejos da criança, dado o poder de criar que Froebel defendia como sendo inato” nela (OLIVEIRA, 1995, p.14). Uma pedagogia que caracterizava-se também pelo lugar privilegiado que concebia à brincadeira. O referido pedagogo, Froebel,

introduz o brincar para educar e desenvolver a criança. Sua teoria metafísica pressupõe que o brincar permite o estabelecimento de relações entre objetos culturais e a natureza, unificados pelo mundo espiritual. Froebel concebe o brincar como atividade livre e espontânea, responsável pelo desenvolvimento físico, moral, cognitivo, e o dons, os brinquedos objetos que subsidiam atividades infantis (KISHIMOTO, 1988, p. 127).

Além desse lugar privilegiado que o pedagogo alemão concede à brincadeira na educação da criança, ele enfatiza também a importância da atuação do educar para o desenvolvimento da criança. Kishimoto (1998) ao discutir sobre o tema da brincadeira em Froebel traz à tona essa questão. Para esse pedagogo, segundo essa autora,

a perspicácia do educador leva-o a compreender que a educação é ato intencional, que requer orientação, materializado na função da jardineira usar materiais para facilitar a construção do conhecimento de pré-escolares (KISHIMOTO, 1988, p. 127).

Para colocar em prática essa pedagogia, se faziam necessárias condições específicas relacionadas aos espaços físicos e aos materiais pedagógicos, assim como à formação do professor. Certamente, isso explica a forma como os Jardins de Infância se caracterizaram no Brasil. Foi uma modalidade de educação para as crianças de 4 a 6 anos a qual foram destinados prédios espaçosos, geralmente com uma arquitetura suntuosa, para atender aos

princípios da pedagogia froebeliana acima referida: detalhes delicados na fachada, grandes jardins, salas amplas com muitas janelas e largas portas, que tornavam o espaço arejado, iluminado e possibilitavam às crianças o contato com o exterior, com a natureza, como se observa ainda hoje, por exemplo, no prédio onde funcionou, por quase 70 anos, o Jardim de Infância Augusto Maynard, em Aracaju (cf. sobre a arquitetura dos Jardins de Infância Monarcha (2001) e Kuhlmann Jr.(1998).

Além disso, deve-se ressaltar a expectativa de identificação com a criança, presente nessa arquitetura, pelo menos no que tange ao atendimento às necessidades dela, como se observa no parecer da Comissão que julgou os projetos arquitetônicos concorrentes, para a construção do Jardim de Infância Augusto Maynard em Aracaju como citado por Leal (2004):

Do exame procedido nos projectos que nos foram apresentados chegamos á conclusão de que o mais completo, para o fim que se tem em vista, é o da autoria do engenheiro Leandro Maynard Maciel, pelo seguinte: a área 75 x 44 metros de que dispunha o autor do projecto foi rigorosamente distribuída, attendendo ás necessidades immediatas de uma instituição destinada a despertar no espirito travesso e irrequieto da creança o amor e a espontaneidade para a vida escolar, sem entibiar-lhes a encantadora garrulice da idade. É um projecto capaz de receber todos os “dons” de Froebel (A TRIBUNA, 6 de maio de 1931, apud LEAL, 2004, p. 35).

Em Sergipe a proposta do Jardim de Infância se concretizou mais tardiamente, somente na década de 1930 (cf. capítulo 2 deste estudo). A partir dessa década, o Estado referido passou a atuar, embora precariamente, no atendimento às crianças, sobretudo no âmbito da assistência social, constituindo, assim, a criação do Jardim de Infância, à época, uma exceção. Apesar das estreitas relações com a assistência social, de caráter médico, ele se definiu como instituição pública de educação. Até então, era somente a escola primária que tinha prioridade, conforme Oliveira (2008).

Desde então, no âmbito público, dois Jardins de Infância se destacaram em Sergipe, especialmente na capital, Aracaju: o Jardim de Infância da Casa da Criança, posteriormente

Augusto Maynard, e o Centro Municipal de Assistência à Criança, depois Jardim de Infância José Garcez Vieira<sup>4</sup>.

### **3.2 Os Jardins de Infância em Sergipe como uma iniciativa do poder público**

Como insistentemente já informado neste texto, os Jardins de Infância em Sergipe têm origem na década de 1930. Só para lembrar, esse modelo de instituição conquistou no Brasil e, em Sergipe de modo particular, uma identidade educacional mesmo tendo sido verificado que na sua origem ela também teve vida no âmbito assistencial e recebeu forte influência dos princípios higienistas que à época interferiam na educação.

Em Sergipe e em Aracaju, de modo particular, somente duas dessas instituições constituem referência no que se refere a esse modelo de educação em pauta: o Jardim de Infância Augusto Maynard e o José Garcez Vieira. Alguns aspectos relativos à história dessas instituições serão destacadas na sequência deste estudo.

#### **3.2.1 O Jardim de Infância da Casa da Criança**

Em 17 de março de 1932 foi inaugurada em Sergipe a primeira instituição pública, com finalidade educativa, para crianças antes da escolaridade formal – esta última, até então, se iniciava na escola primária aos sete anos, como já afirmado. Essa instituição, o Jardim de Infância, que posteriormente recebera a denominação de Augusto Maynard<sup>5</sup>, conforme Leal (2004), já vinha sendo idealizada no governo de Getúlio Vargas e para isso, o terreno foi comprado do Dr. José Calazans. A planta foi projetada pelo Engenheiro Civil Dr. Leandro Maciel.

---

<sup>4</sup> Para lembrar, não somente o Estado de Sergipe, mas o Estado brasileiro passou a se interessar pelo atendimento às crianças pequenas somente a partir de 1930. Deve-se observar, contudo, que o nascimento do Jardim de Infância no Brasil remonta ao século XIX, predominando aí a iniciativa privada.

<sup>5</sup> Essa denominação foi feita como uma homenagem ao interventor Federal Augusto Maynard, que enviou a professora Penélope à São Paulo, para conhecer como funcionava o Jardim de Infância Caetano de Campos, para adotar o modelo em Sergipe.

Esse Jardim de Infância nasceu integrando a Casa da Criança de Sergipe que era constituída também pela Inspetoria de Higiene Infantil<sup>6</sup>. O primeiro vinculado à Secretaria de Educação e a segunda ao Departamento de Saúde, embora houvesse uma integração entre ambas as instituições. Convém lembrar as estreitas relações, à época, entre educação e saúde.

Os objetivos do Jardim de Infância em foco foram estabelecidos no Decreto nº 98, de 27 de fevereiro de 1932, que criou a Casa da Criança:

Art. 1º. Fica instituída nesta capital a “Casa da Criança”, constituída de um Jardim de Infancia e de uma Inspetoria de Hygiene Infantil e Assistência Escolar.

Art. 2º. O Jardim de Infancia, dentro da sua finalidade pedagogica e social, deverá realizar a educação da criança em idade pre-escolar. Estabelecerá relação entre a criança e o mundo exterior, proporcionando-lhe um ambiente educativo, para que possa desenvolver-se physica, moral e mentalmente, sem esforço nem constrangimento.

Art. 3º. O Jardim de Infancia destina-se ao ensino pre-primario, isto é, ao preparo de crianças para a escola primaria, de 4 a 6 annos, em 2 annos, divididos em periodos de 8 mēses, incluídas as ferias, por exercícios apropriados que visem desenvolver o espirito de observação e formar hábitos mentaes, sociaes e hygienicos (Apud LEAL, 2004, p. 50)<sup>7</sup>

Embora houvesse intenção de se colocar em prática uma proposta pedagógica conforme os princípios da pedagogia froebeliana, ao se adotar em Sergipe esse modelo de instituição, ao que parece, os objetivos expressos revelam outros interesses que já se distanciavam dessa pedagogia.

Mesmo não fazendo referência à observação acima, esse distanciamento se verifica no que diz Leal (2004) a respeito dos princípios pedagógicos adotados no referido Jardim de Infância:

Uma das idéias norteadoras da implantação do Jardim constituía-se pela formação social e higiênica, que favorecesse o desenvolvimento de bons hábitos. A preparação da criança, no sentido amplo, estava contemplada em

<sup>6</sup> Ao que parece, a Casa da Criança em Sergipe, criada em 1932, antecipou um modelo de instituição proposto com a mesma denominação pelo Departamento Nacional da Criança em 1942, conforme se verifica em Kuhlmann Jr. (2010). De acordo com esse autor, a Casa da Criança deveria ser um grande prédio onde “seriam agrupados a creche, a escola maternal e o jardim de infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola para o ensino do uso da terra” (Kuhlmann Jr. , 2010, p. 484).

<sup>7</sup> Nessa transcrição a autora respeitou a grafia original do texto.

sua proposta, como previa o próprio decreto de criação. O atendimento deveria estender-se às crianças com o intuito de propagar os valores de educação e higienização nacional. Preparar a criança menor de 7 anos para a escola primária e inculcar os princípios sociais de higiene e saúde, consistia os principais objetivos de existência do Jardim (LEAL, 2004, p. 50).

O Jardim de Infância Augusto Maynard foi um marco na educação sergipana, uma vez que representou a ampliação do atendimento à criança – embora tenha atendido, predominantemente, os filhos da elite aracajuana – com o objetivo de superar às necessidades educacionais do Estado. Possivelmente, à época, o analfabetismo representou um dos maiores problemas a ser enfrentado na educação sergipana, se considerarmos que na década de 1940 a população analfabeta ainda representava 72,6% desta, conforme se verifica em Graça (1997).

### **3.2.2 Centro Municipal de Assistência à Criança e o Jardim de Infância operário**

Em 10 de novembro de 1944, conforme Graça (1997, p. 9), foi inaugurado o Jardim do Centro Municipal de Assistência à Criança, na gestão do prefeito José Garcez Vieira, que veio posteriormente a dar nome a essa instituição, que tinha “modernas e amplas dependências” – embora estas se apresentassem mais modestas do que as do primeiro Jardim da capital.

Esse Jardim de Infância, à época da sua inauguração, representava apenas uma parte do conjunto maior do que deveria ser o Centro Municipal de Assistência à Criança nos moldes do que foi, ou do que deveria ser a Casa da Criança.

Essa iniciativa, ainda conforme a autora em destaque, veio responder ao interesse do referido prefeito pela educação. Ele assumiu o governo da capital sergipana em uma época em que a realidade educacional do Estado de Sergipe se apresentava precária, como referido anteriormente. Conforme Tereza Cristina C. da Graça, nessa época, em Sergipe

existiam apenas 536 escolas públicas primárias (escolas isoladas com apenas uma única sala de aula), sendo 358 estaduais e 178 municipais, com uma matrícula total de 21.810 alunos. Havia ainda cerca de 120 escolas particulares e apenas 2 instituições de educação infantil – o ‘Jardim Augusto Maynard’ e a escola da LBA (GRAÇA, 1997, p. 9).

O prefeito José Garcez Vieira, preocupado com a situação escolar local, começou com um processo de desapropriação de casas e terras para a construção de escolas, como no caso da escola primária Abdias Bezerra, no bairro Santo Antônio e do Jardim de Infância em destaque o do Centro Municipal de Assistência à Criança, posteriormente denominado Jardim de Infância José Garcez Viieira. Este último ocupava/ocupa uma quadra situada entre as ruas Goiás, Sergipe, Mato Grosso e Distrito Federal da referida cidade.

Por isso, o Jardim de Infância José Garcez Vieira se fez importante no contexto aracajuano ao prestar, como diz Graça (1997), serviço de igual valor ao do Jardim Augusto Maynard, que se localizava no centro da cidade, atendendo às crianças da elite sergipana, como já informado neste capítulo.

Conforme a autora citada, o Jardim de Infância José Garcez Vieira foi dirigido “a uma parcela da população quase que totalmente excluída das poucas políticas públicas de educação infantil” (GRAÇA, 1997, p. 13), contrariamente ao que ocorreu com o Jardim Augusto Maynard: “localizado próximo ao centro da cidade e, portanto dentro de uma comunidade já sensibilizada para a necessidade da educação escolar, foi desde cedo ocupado pelas crianças de classe média e alta da cidade” (GRAÇA, 1997, p. 13).

O Jardim de Infância em pauta, foi considerado uma instituição modelo. Ao contrário do primeiro Jardim, o da Casa da Criança, depois Augusto Maynard, foi instalado em um bairro operário, na cidade de Aracaju, o Siqueira Campos, antigo Aribé, para atender aos filhos dos operários da região. Contudo, deve-se ressaltar o que diz ainda a citada autora a respeito dessa instituição. Segundo ela, as famílias operárias do bairro Siqueira Campos

não enxergavam a educação pré-escolar senão como uma cara ‘escola de brincar’, um luxo que o pobre não poderia usufruir. (...) Assim, dadas a mentalidade e as exigências materiais, a escola foi, até a década de 50 pelo menos frequentada por crianças da classe ‘abastada’ do Siqueira Campos – filhos de pequenos comerciantes, funcionários públicos, trabalhadores mais qualificados do comércio e da indústria (GRAÇA, 1997, p. 14).

Observando as atividades curriculares dessa instituição, descritas por Graça (1997), percebe-se que a sua proposta pedagógica compreendia objetivos voltados para: a) aprofundar o contato das crianças com a natureza, uma vez que estas eram estimuladas a zelar pelas plantas e pelos animais de forma carinhosa; b) desenvolver a linguagem, dando ênfase à

expressão artística – considerando que na escola existia um espaço adequado para apresentações teatrais e musicais como também um piano e, ao mesmo tempo, o quadro de professores revelava a existência de uma professora de música, se deduz que a escola incentivava a iniciação das crianças nessas artes. Ainda no que diz respeito à linguagem, a escrita merecia também atenção, embora se perceba que esta era concebida numa perspectiva mecânica de codificar e decodificar. c) E por fim, a proposta pedagógica referida incluía ainda o objetivo de desenvolver “bons hábitos e maneiras corteses” (cf. Graça, 1997, p. 10-12).

### **3.3 A educação da criança de até 6 anos entre as décadas de 1930 e 1980: o caso de Sergipe**

A necessidade de expandir o número de vagas na educação para crianças do 0 a 6 anos, no Brasil, especialmente a partir da década de 1940, impôs o surgimento de outras alternativas de educação que se distanciaram do padrão estabelecido com a implantação dos Jardins de Infância e que resultaram em mudanças importantes na qualidade do atendimento educacional realizado. Além disso, implicaram também na extinção dessa primeira instituição. Até então, a oferta de vagas nos jardins de infância era irrisória, de modo que, tais instituições atendiam somente a uma mínima parte da população infantil, assim mesmo a de poder aquisitivo mais elevado.

Predominantemente, as alternativas referidas tiveram caráter emergencial, inclusive o Parque Infantil, criado na década de 1940 por Mário de Andrade. Essa instituição constituiu uma alternativa “não escolar”, conforme Faria (1999). A respeito do Parque Infantil Kuhlmann Jr. (2010) diz que eles se difundiram para atender crianças de diversas idades, de 3 a 6 e de 7 a 12, em um mesmo local, e em horário contrário ao horário escolar. Ainda conforme esse autor, os Parques Infantis constituíram “uma nova referência para a nacionalidade, com elementos de folclore, da produção cultural e artística, das brincadeiras e dos jogos infantis” (KUHLMANN Jr. 2010, p. 483).

Faria (1999, p. 157) ressalta importantes contribuições dessa instituição para as crianças, especialmente as que provinham de famílias mais pobres, tais como “a oportunidade de se expressarem artisticamente, brincarem e jogarem enfim, de continuarem crianças, como complementando o ‘aluno’ que a escola pretende modelar”. Contudo, na análise de Kuhlmann

Jr. (2010), essa foi uma alternativa de baixo custo para resolver o problema da falta de vagas nos Jardins de Infância.

Entre as décadas de 1950 e o início de 1970 surgiram outras propostas para o atendimento à criança pré-escolar, de caráter emergencial, para suprir a falta de vagas; elas constituíram soluções paliativas, de baixo custo. Para Kuhlmann Jr. (2000, p. 488), especialmente até a década de 1960, a “expansão da educação infantil ficara represada, tendo em vista o enorme déficit no atendimento da escola primária”, uma vez que a pressão social, além de exigir vagas no ginásio, passou a exigir vagas também para essa fase da educação da criança.

Esse último autor citado destaca a atuação do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), - órgão internacional que prestava assistência à saúde e a nutrição nos países da América Latina), além de outros organismos internacionais, nas propostas apresentadas a partir dessa década. Dessa interferência decorre um modelo de educação simplificado que estabelecia o financiamento de espaços para práticas educacionais, como igrejas e outros mais<sup>8</sup>. Para tal, seria utilizada mão de obra voluntária, o que implicava na falta de formação profissional específica.

Além disso, o autor citado ressalta que também, como forma de atenuar a problemática em destaque, foi atribuído ao Jardim de Infância o encargo de atender crianças a partir de 1 ano e meio de idade. É importante destacar que esse modelo de instituição não apresentava as condições necessárias para isso: profissionais preparados, berçário, fraldário, lactário e outros recursos materiais necessários às ações de cuidado e educação, a exemplo de brinquedos adequados à nova faixa etária atendida e equipamentos específicos.

Ainda conforme Kuhlmann Jr., mesmo com tais iniciativas, o déficit de vagas continuou crescente nas décadas seguintes. Em 1967, surge, no âmbito do governo federal, especificamente no Departamento Nacional da Criança/DNCR, um plano, também de caráter emergencial, para ser desenvolvido a longo prazo – Plano de Assistência Pré-escolar. A pretensão com esse Plano era a de criar escolas maternais e Jardins de Infância, “como instituições auxiliares da família na educação de pré-escolares, promovendo o seu

---

<sup>8</sup> Vale a pena destacar o que propõe Heloísa Marinho, citada por Kuhlmann Jr. (2010), na sua obra de 1952, *Vida e Educação no Jardim de Infância*, para atenuar a problemática da falta de vagas para a criança antes da escolaridade formal: “ ‘o rádio, a televisão, os jornais, as revistas, as clínicas psicológicas, os cursos de divulgação poderiam auxiliar os pais na educação da criança no lar, até para aliviar a procura excessiva’ ” (MARINHO, apud KUHLMANN Jr., 2010, p. 485).

desenvolvimento integral, harmonioso, através da experiência de vida que lhes permita a formação de hábitos sadios, estimulando a sua capacidade de adaptação gradativa ao meio social' ” (PLANO DE ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR/DNCR, 1967, apud KUHLMANN Jr., 2010, p. 488).

No entanto, o referido autor, na sua análise, considera que as proposições do Plano em destaque foram menos ambiciosas do que demonstravam ser. Eram suas propostas para o atendimento pré-escolar:

um tipo de unidade simples, intermediária, em forma de balcão, esteira e alguns brinquedos, onde as crianças de poucos recursos ficariam abrigadas durante os impedimentos de sua mãe para o trabalho ou de outras necessidades de ordem material ou moral, recebendo ali alimentação, imunizações, e que se denominaria 'Centro de Recreação' (KUHLMANN Jr., 2010, p. 489).

Conforme Fúlvia Rosemberg, o Plano de Assistência Pré-escolar apresentava os Centros de Recreação como uma 'solução intermediária'. Tais Centros, segundo ela,

deveriam apresentar as seguintes características: criação de unidades simples, em forma de galpão (...), visando atender as necessidades físicas e psicossociais dos pré-escolares, 'evitando-se-lhe que fiquem abandonados ou semi-abandonados'. O pessoal para trabalhar nestes centros 'sendo o mínimo indispensável, recrutado entre pessoas de boa vontade, à base de voluntariado, reservando-se o pagamento para alguns técnicos necessários à supervisão e coordenação dos serviços cujos encargos seriam de maior responsabilidade' (ROSEMBERG, 1992, p. 24).

De acordo com a autora citada, esse Plano do DNCR, de 1967, "é explícito ao especificar que se trata de uma política de assistência ao pré-escolar e não de uma política para a pré-escola, especificidade que se perde, porém, em planos subsequentes que se autodenominam programas nacionais de educação pré-escolar" (ROSEMBERG, 1992, p. 24).

De acordo com Rosemberg (1992), a proposta do DNCR

ao prever intervenções de três tipos (estruturais e permanentes; a curto prazo e de emergência), evidencia um compromisso entre sua tradição normatizadora, extremamente exigente, e as novas ideias de massificação,

bem menos exigentes quanto aos padrões de construção e de funcionamento (ROSEMBERG, 1992, p. 24).

As alternativas emergenciais tiveram continuidade nas décadas de 1970 e 1980. Rosemberg (1992, p. 24) chama a atenção para as propostas subsequentes ao Plano de 1967. Segundo ela, nas décadas de 1970 e 1980, “o qualificativo ‘emergência’ foi substituído por ‘alternativo’, ‘não convencional’, ‘informal’, em oposição à educação ‘tradicional’, ‘institucional’ ou ‘formal’. Tais propostas, como diz essa autora, foram marcadas pela falta de recursos, passaram a ser teorizadas e apresentadas, “muitas vezes”, como “um ideal a ser perseguido, um modelo a ser imitado”. Segundo ela, “aquilo que, inicialmente, era determinado pela falta de recursos passou a ser teorizado tornando-se, muitas vezes, nos textos, um ideal a ser perseguido, um modelo a ser imitado” (ROSEMBERG, 1992, p. 24).

Na década de 1970 surgem os Programas de Educação Compensatória, um modelo de educação de massa<sup>9</sup> Conforme se verifica em Rosemberg (1992, p. 25), citando um documento da UNESCO/Comissão Faure,

a forma sugerida para a extensão de vagas seria através de soluções a baixo custo, informais e parcialmente assumidas pelas famílias. ‘Trata-se de organizar-se, de maneira ágil e livre, a educação das crianças em idade pré-escolar (a partir dos dois ou três anos), procurando os melhores meios para associar a família e a comunidade local nas tarefas e nos gastos. Trata-se, também, de utilizar os meios modernos de comunicação, que podem prestar grandes serviços, principalmente às crianças que vivem em ambientes de escassa impregnação cultural’ (FAURE, 1972, p. 21, apud ROSEMBERG, 1992, p. 25).

Tais Programas, de acordo com Kramer (1995), apresentam cinco fatores que foram responsáveis pela expansão da pré-escola por seu caráter de educação compensatória. São eles: “os de ordem sanitária e alimentar; os que dizem respeito à assistência social; os relacionados com novas teorias psicológicas e sua divulgação ou renascimento; os referentes às diferenças culturais e os fatores propriamente educacionais” (KRAMER, 1995, p. 26).

---

<sup>9</sup> Educação compensatória eram programas especiais oferecidos às crianças das camadas populares que compensavam suas deficiências, geradas pela privação cultural de seu meio familiar e social, fornecendo-lhes aquilo que as outras crianças já trazem, naturalmente, para a escola, como resultado de suas condições materiais e culturais de vida. SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: uma perspectiva social**. 1986.

Era pretensão dos programas de educação compensatória destinados ao pré-escolar compensar supostas deficiências das crianças das classes populares. Com base na teoria da privação cultural, tais programas, conforme análise de Soares (1986), foram orientados pelo princípio de que as crianças do meio pobre eram privadas de condições materiais e culturais que lhes permitissem acompanhar as exigências da escola.

Conforme Rosemberg (1992), o modelo de educação de massa em foco não teve o impacto esperado, segundo ela, o MEC não conseguiu por si só implantá-lo, tendo recorrido para isso à participação da LBA que, colocou em prática o Projeto Casulo; um projeto que

rapidamente se expandiu, ultrapassando a meta prefixada de atender 70 mil crianças no ano de implantação. Apesar de autodenominar-se Creche Casulo, o modelo mais se aproxima da pré-escola, pois oferece vagas predominantemente em meio período (quatro horas), principalmente para crianças a partir dos 4 anos (ROSEMBERG, 1971, p. 26).

Existia, assim, no Brasil a expectativa de que com os programas de educação compensatória se resolveria também o problema da repetência e da evasão da escola de 1º grau. A Pré-escola teria uma função preparatória para essa etapa da escolarização. Pela forma como a criança era concebida e pela metodologia adotada, que apresentava uma concepção restrita de alfabetização, com base no treinamento de habilidades e na atividade mecânica de copiar letras e sílabas, esses programas não atingiram seus objetivos.

De acordo com Rosemberg (1992, p. 27), uma das consequências desse modelo em destaque foi a de “situar a pré-escola dentro e fora do sistema educacional. A imagem que se afigura é a de um apêndice, podendo ser extirpado sem que o corpo padeça por sua falta. Não se tratou a pré-escola como nível educacional mas como um programa, um pacote”. Segundo ela, não foram destinados recursos para “a extensão do nível pré-escolar, mas para se elaborarem programas e experiências pontuais”.

As críticas provindas, especialmente da academia, contribuíram para a substituição pelo Ministério da Educação/MEC dos programas referidos, no início da década de 1980, por um novo e amplo programa de massificação e, ao mesmo tempo, de interiorização da pré-escola: o Programa Nacional de Educação Pré-escolar/PNEPE.

Desse modo, é somente no início da década de 1980 que, ainda conforme a autora citada, o MEC realiza reações mais incisivas relativas à educação pré-escolar: “inclui a pré-

escola entre as linhas prioritárias de intervenção educacional nas periferias urbanas e adotou o conceito de educação básica englobando os níveis pré-escolar e 1º grau” (ROSEMBERG, 1992, p. 27).

A referida década foi, assim, marcada pela expansão quantitativa, que se deu pelo aumento de vagas através de programas também de baixo custo, o que não foi favorável às crianças devido às condições em que o atendimento foi realizado. Era proposição desse Plano (o PNEPE) a expansão das matrículas com investimento de poucos recursos, de modo que o atendimento deveria ser realizado em espaços ociosos, adaptados e com a participação massiva da comunidade. Para isso, deve-se destacar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização/MOBRAL, devido à grande penetração que ele tinha em todos os municípios e áreas mais pobres. Nesses locais foram organizados grupos de atendimento e núcleos de educação pré-escolar como os GAPES's e NEP's<sup>10</sup>. Tais iniciativas se refletiram no aumento da matrícula que passou das 460 mil registradas no ano de 1972, como indica estudo realizado por Kuhlmann Jr., para quase 2 milhões e 500 mil no ano de 1984.

Além disso, conforme Didonet (1992), a educação pré-escolar despertou a atenção de um meio importante de veiculação nacional: a televisão. A fundação Roberto Marinho produziu o Programa Zero a Seis, o Primeiro Mundo, que tinha 50 capítulos com 20 minutos cada um, conveniado com o MEC. Esse programa, além da TV Educativa, também era veiculado pela rede comercial de TV.

No que diz respeito ao Estado de Sergipe, até 1978, conforme indica o estudo de Lobo (2002 p. 167), a oferta da educação pré-escolar pelo poder público “limitava-se quase que exclusivamente aos Jardins de Infância Augusto Maynard e José Garcez Vieira”. Conforme essa autora, até 1981 “este atendimento era oferecido predominantemente pela rede particular” (LOBO, 2002, p. 167), tendo sido expandido na rede pública de ensino com a implantação do PNEPE, no ano acima referido, embora, isso tenha ocorrido, ainda, de forma restrita.

Dados apresentados por Damascena, Silva e Chalita (s/d) revelam um sensível crescimento da matrícula a partir do ano citado,

---

<sup>10</sup>O MOBRAL foi criado em 1970 pelo governo federal e tinha a missão de extinguir com o analfabetismo de adultos no prazo de dez anos e acabou se expandindo pelo interior o que contribuiu para que o mesmo fosse utilizado na interiorização da educação pré-escolar.

notadamente nas redes estadual – 2.677 (1980) para 9.700 (1983) e municipal – de 6.328 (1980) para 22.043 (1983). Os termos globais também alteraram, uma vez que em 1.983 eram atendidas 33,5% das crianças das crianças de 4 a 6 anos na zona Urbana, 11,9% na zona Rural, diminuindo o desnível entre zona Rural/zona Urbana, ao mesmo tempo em que elevava de 15% para 22,5% o atendimento à população alvo e deixando o Estado numa posição satisfatória, frente aos percentuais regionais de matrícula. Mesmo assim, quase 88% das crianças sergipanas continuam excluídas da pré-escola (DAMASCENA, SILVA e CHALITA, s/d, p. 12).

Contudo, Lobo (2002), a respeito desse crescimento da matrícula em Sergipe, tal como acima referido, considera que este tendo sido

puxado pela demanda em todos os níveis de ensino vai acentuar o caráter clientelista da pasta da educação transformando-a em setor prioritariamente de barganha político-eleitoreira (...). Foi observado, que o PNEPE serviu como uma das estratégias para tal fim, visando principalmente ao pleito de 1982 para o governo do Estado. Isso ficou evidente ao se presenciarem as negociações para a liberação dos recursos financeiros para os municípios, a estagnação da matrícula e a falta de outros incentivos, passadas as eleições, frustrando assim, as esperanças de avanço na política de educação do Estado (LOBO, 2002, p. 167).

Em 1985, conforme a autora citada, “o déficit de atendimento de educação pré-escolar no Estado ainda girava em torno de 58% (não atingindo a meta do MEC de 50%)”. Ela ressalta a grande porcentagem de matrículas na rede particular registrada ainda nesse período e diz que podia-se “inferir que, apesar da expansão do atendimento, com a expansão do programa nacional, em 1981, o pré-escolar no Estado de Sergipe continuava um privilégio” (LOBO, 2002, p. 167).

De igual modo, como ocorreu no âmbito nacional, com o PNEPE em Sergipe, com destaque para a cidade de Aracaju, também se colocou em prática as formas de atendimento não convencionais. Conforme Lobo (2002),

aqui foram criados os CEAP's (Centro de Atendimento ao Pré-escolar), que funcionavam geralmente em galpões de escolas de 1º grau. Às vezes contava-se com uma sala que fora desativada de uma turma de primeira série. A realidade dos CEAP's em Sergipe revelou o caráter falacioso dos princípios defendidos no PNEPE, a começar pelo princípio da participação

desde quando o programa foi implantado sem a comunicação prévia com a comunidade escolar (LOBO, 2002 p. 168).

No que diz respeito aos Centros referidos, “às vezes contava-se com uma sala que fora desativada de uma turma de primeira série” (LOBO, 2002, p.168).

Em relação às alternativas de educação decorrentes do PNEPE, no que diz respeito à valorização da cultura local, na análise de Lobo (2002), se recorreu nos CEAP’s somente “ao uso de material de sucata e raramente de recursos da natureza” (LOBO, 2002, p. 168).

Ainda relacionada à expectativa do referido Programa, deve-se destacar, no que se refere à realidade aracajuana, alternativas consideradas por alguns educadores como “de imaginosa lembrança” e mais democráticas, a exemplo dos “vagões de trens e ônibus inservíveis (sic) para o transporte de passageiros” destacados por Araújo (1997). Tais recursos foram transformados em salas para as crianças da pré-escola, especialmente as dos bairros pobres localizados na periferia da cidade de Aracaju. Com isso, a Secretaria Municipal de Educação, como diz essa última autora, procurou “enfrentar o desafio de ampliar num breve espaço de tempo o atendimento solicitado” pela população (ARAÚJO, 1997, p. 30).

Como consequência do déficit de vagas para a criança em idade pré-escolar, com esse tipo de alternativa, a educação municipal de Aracaju, procurava responder ao entendimento de que era preciso superar o modelo do Jardim de Infância que se apresentava elitista. Era preciso se recorrer a soluções mais baratas e para isso, aqui também, outras soluções foram buscadas como, igrejas, centros espíritas, casas afro-brasileiras, praças e ruas.

Os resultados considerados positivos dessas iniciativas são mostrados nos números apresentados em documento da SEMED em 1981, citado por Araújo (1997):

De 1.700 pré-escolares encontrados no início da administração, em 1979, passamos a atender cerca de 7.000. Alegria das crianças continuamente nos trens, nos ônibus, nas igrejas, nos centros espíritas, nas casas afro-brasileiras, nas praças e ruas, já contrastam com a simples e única explosão da criança em recreio nos locais convencionais e arrumados de atendimento (SEMED, 1981, 4, 5 e 14, apud ARAÚJO, 1997, p. 30).

Os dados quantitativos disponíveis levavam a crer que o problema de crianças fora da pré-escola estava sendo solucionado, mas não se estava colocando em pauta o problema da qualidade do que a elas estava sendo oferecido.

Autores como Didonet (1992), Rosemberg (1992), Kramer (1995), Lobo (2002), Kuhlmann Jr. (2010), dentre outros, não deixam de sublinhar a contribuição do Programa Nacional de Educação Pré-escolar de 1981 ao promover o acesso à educação pré-escolar às crianças da população pobre e o fato de que tal programa levou a pré-escola para o interior, contudo não se pode deixar de ressaltar os limites nele implicados.

A literatura consultada indica que as propostas originárias do PNEPE continuavam apresentando um caráter assistencialista, pois “a distribuição da merenda escolar e, em alguns casos, da farda, se constituiu na grande atração, no fator de procura da pré-escola e no consequente crescimento das matrículas” (DAMASCENA, SILVA e CHALITA, s/d, p. 13).

O estudo de Damascena, Silva e Chalita (s/d), sobre o atendimento à criança pré-escolar, revela que a realidade em Sergipe se apresentava caótica. Elas apontam a necessidade de uma redefinição quanto aos recursos humanos e aos recursos materiais envolvidos no atendimento realizado. No que diz respeito aos primeiros, elas destacam que:

Das informações obtidas, constatou-se que não há exigência de formação específica para os professores que assumem a pré-escola, mesmo porque, apenas uma instituição em todo Estado oferece essa habilitação. Dos 1.706 professores da pré-escola cadastrados em 1983, 337 eram leigos, 790 com formação de magistério a nível de 2º grau, 277 buscando a mesma formação, muitos deles através do LOGOS II, 58 com formação de magistério a nível superior e 155 possuíam formação diversa e 89 com 3º grau incompleto. Convém lembrar que os cursos de formação do magistério (tanto a nível de Iº e IIº graus [sic]) não incluem no seu currículo orientação quanto à Educação Pré-escolar (DAMASCENA, SILVA e CHALITA, s/d, p.14).

Quanto ao segundo aspecto, o dos recursos materiais, é destacado pelas autoras:

É comum acontecer que alunos são matriculados, tantos quantos procurarem a pré-escola sem, no entanto, existir uma infra-estrutura (espaço físico, equipamentos, material didático, merenda escolar,) que possibilite seu atendimento” (DAMASCENA, SILVA e CHALITA, s/d, p.15).

Analisando essa questão, Lobo (2002, p. 168) enfatiza que “o princípio do atendimento informal descaracterizou a pré-escola enquanto espaço pedagógico transformando-a principalmente num depósito de crianças, num espaço predominantemente de guarda”.

Além do mais, em relação aos CEAP's, a autora destaca que para o trabalho com as crianças

eram destinadas (...) as professoras mais desinteressadas. O excesso de alunos por turma, a falta de condições de trabalho e desprestígio salarial e valorização do conhecimento específico gerava uma rotina monótono e enfadonha, contrariando a natureza curiosa, dinâmica, e inteligente da criança (LOBO, 2002, p. 170).

Nesse processo foi se dando a lenta substituição dos Jardins de Infância por um modelo de educação de massa, denominado pré-escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste estudo verificar na literatura como as mudanças ocorridas na educação das crianças pequenas, anteriormente à escolaridade formal, entre as décadas de 1930 e a de 1980, se efetivaram em Sergipe.

Os dados levantados são indicativos de que a educação da criança de até 6 anos no Brasil tem sido objeto de pouca atenção do poder público. Na prática, essa educação tem sido relegada a um plano secundário, especialmente no período que antecede a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996).

Até a década de 1930, o atendimento teve, predominantemente, caráter assistencial, sendo feito no âmbito da filantropia e da iniciativa privada. Somente a partir de então, e na mesma perspectiva referida – a assistencial –, o Estado brasileiro começa a chamar para si a responsabilidade quanto à questão.

Tem início no período referido um movimento de expansão no atendimento à criança em idade pré-escolar e de estreitamento da relação entre o sistema educacional e as instituições de educação infantil (Jardins de Infância e Creche).

Em Sergipe, a partir da década referida é que surgem as primeiras iniciativas voltadas para a educação da criança antes da sua entrada na escola primária, no âmbito do poder público, particularmente em Aracaju: o Jardim de Infância Augusto Maynard criado em 1932 e o José Garcez Vieira (1944).

Como fora afirmado, o Jardim de Infância representou uma grande conquista para a educação da criança pequena no Brasil e em Sergipe constituiu, em determinado momento, a mais importante referência na educação das crianças antes da escolaridade formal. Era um modelo de educação que se distinguiu pela pedagogia adotada, pelas instalações físicas onde

funcionava e pela sua identificação com a criança. A expansão desse modelo de instituição educativa foi lenta e restrita. Com o crescimento da população infantil, ao lado de interesses diversos, os Jardins de Infância foram sendo substituídos por outro modelo de instituição, a pré-escola, que se popularizou no país, assim como em Sergipe, entre as décadas de 1970 e 1980. Esse modelo tinha caráter mais simples, menos dispendioso, que foi uma marca das políticas de educação para as crianças antes da escolaridade formal, a partir de então.

A necessidade de expandir o número de vagas na educação para crianças do 0 a 6 anos, no Brasil, especialmente a partir da década de 1940, impôs o surgimento de outras alternativas de educação que se distanciaram do padrão até então estabelecido com a implantação dos Jardins de Infância e que resultaram em mudanças importantes na qualidade do atendimento educacional realizado. Além disso, implicaram também na extinção dessa primeira instituição.

A literatura consultada evidencia que as mudanças referidas, para atender a crescente demanda pela educação da crianças em idade pré-escolar, incluem também mudanças na concepção dessa educação – assistencial, compensatória das “carências”/”deficiências” das crianças, preparatória, entre outras. Para atender a demanda crescente e as expectativas em relação à educação referida foram implantados diversos projetos e programas cuja características principal era a improvisação, o baixo custo, conforme já afirmado.

Os Programas referidos foram apresentados pelo governo federal e executados nos Estados e municípios. Dentre estes destaca-se o PNEPE /1981 pela dimensão e impacto que teve nas matrículas em todo o país, como um Programa da massificação e interiorização da pré-escola. Para atender aos objetivos do PNEPE foram utilizados espaços não convencionais, improvisados e inadequados ao trabalho com as crianças; recorreu-se à comunidade, especialmente as mães em substituição aos profissionais preparados.

Em Sergipe e em Aracaju, de modo especial, não foi diferente do que ocorreu no restante do país, embora conforme estudo de Lobo (2002), aqui o impacto nas matrículas não tinha ocorrido conforme o esperado, ainda que o crescimento tenha sido significativo.

Em Aracaju, especialmente a “expansão” da pré-escola se deu com a utilização também de espaços não convencionais: igrejas, galpões, casas adaptadas, corredores estreitos. Mas aqui parece que se inovou quanto à improvisação dos espaços para a educação pré-

escolar com a utilização de vagões de trens e ônibus desativados. Em todos esses espaços as crianças “armazenadas.”

Assim, pode-se afirmar que os Programas de baixo custo não foram favoráveis às crianças. A literatura consultada ressalta que em Sergipe, a implantação de tais Programas também implicou em atendimento precário às crianças na pré-escola, uma vez que, tentando superar o modelo do Jardim de Infância, considerado elitista se recorreu à soluções mais baratas que resultaram em atendimento precário que, certamente não foi favorável às crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o pedagogo do Jardim de Infância.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAMPOS, Maria Malta. **Creches e pré-escolas no Brasil.** Fúlvia Rosemberg, Isabel M. Ferreira – São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1993.

DAMASCENA, Maria Edeilza Santos. SILVA, Walburga Arns da. CHALITA, Luciana. **A situação do Pré-Escolar no Estado de Sergipe.** Governo de Sergipe. Secretaria do Estado da Educação e Cultura. Caderno I. Série Pré- Escolas. {s/d}.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação Pré-escolar e Cultura: para uma pedagogia da educação infantil** – 2 ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Cortez, 2002,

GRAÇA, Tereza Cristina C. da. **Jardim de Infância “José Garcez Vieira”:** marco da educação infantil da prefeitura de Aracaju. Revista Hora de Estudo, São Cristóvão: Ano 1, nº 1, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Escolarização e brincadeira na educação infantil.** 1988.

KRAMER, Sônia. **O papel social da educação infantil.** In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 59, 1986.

\_\_\_\_\_. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Ed. Dois pontos, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1987.

KUHLMANN, Junior Moysés. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica/-** Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Educando a infância. In: LOPES, Eliana Marta, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil** – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição. 608 p. (Coleção Horizontal, 6).

LE GOFF, J. **A História Nova.** (org). Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **Implantação do primeiro Jardim de Infância em Sergipe:** contribuição ao estudo sobre a educação infantil. 2004. Dissertação 9 Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE.

LOBO. Ilná Andrade. **Programa Nacional de Educação Pré-escolar em Sergipe.** São Cristóvão, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Prefácio. In: MONARCHA, Carlos (org). **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Campinas – São Paulo: Ed. Autores associados, (Coleção educação contemporânea) 2001.

MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Campinas – São Paulo: Ed. Autores associados, (Coleção educação contemporânea)2001.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R (org). **Educação infantil: muitos olhares.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Yolanda Dantas. **Educação da criança à luz da ciência:** a contribuição de Helvécio de Andrade, em Sergipe (1911-1935). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares** Cadernos de Pesquisa – São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 58, 1992.

SILVA, Walburga Arns da. **Organização do trabalho e ação pedagógica:** influência da pré-escola no processo de alfabetização. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação, 2004.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola:** uma perspectiva social. 2ª ed. Editora Ática. 1986. São Paulo.

